



Acesso à terra, solidariedade e a promoção da segurança e soberania alimentar

Andréia Cristina Matheus¹ ; Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo^{1*} ; Vitor Gonçalves da Silva¹ 

Introdução: O fortalecimento do agronegócio no Brasil, cada vez mais articulado à internacionalização da agricultura, intensifica o poder de grupos e corporações transnacionais sobre a agricultura brasileira. **Objetivo:** Objetivamos com este artigo analisar as ações de solidariedade e doações de alimentos realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) diante de situações de insegurança alimentar e o consequente impacto no acesso e distribuição de alimentos saudáveis. **Métodos:** Por meio de uma abordagem qualitativa realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Analisamos documentos e as publicações do *site* oficial do MST sobre as ações de solidariedade no período de março de 2020 a junho de 2024. **Resultados:** A campanha de solidariedade empreendida pelo MST possibilita acesso a alimentos para diversas populações em condições de vulnerabilidade e insegurança alimentar. **Conclusões:** A agricultura familiar camponesa é um modelo viável e necessário para a produção de alimentos e uma referência importante para a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional por meio da democratização do acesso à terra e de alimentos saudáveis.

Palavras-chave: Agroecologia; Agronegócio; MST.

Access to land, solidarity, and the promotion of food security and sovereignty

Introduction: The strengthening of agribusiness in Brazil, increasingly linked to the internationalization of agriculture, has intensified the power of transnational groups and corporations over Brazilian agriculture. **Objective:** This paper aims to analyze the solidarity actions and food donations carried out by the Brazil's Landless Workers Movement (MST) in response to food insecurity and their consequent impact on access to and distribution of healthy food. **Methods:** Through a qualitative approach, we conducted bibliographic and documentary research. We analyzed the publications on the MST's official website regarding solidarity actions from March 2020 to June 2024. **Results:** The solidarity campaign undertaken by the MST has provided access to food for several vulnerable populations and those in situations of food insecurity. **Conclusion:** Peasant family

¹ Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. *Endereço para correspondência: E-mail: vanilde@unicamp.br.

agriculture is a viable and necessary model for food production and serves as an important reference for promoting Food and Nutritional Sovereignty and Security through the democratization of access to land and healthy food.

Keywords: Agroecology; Agribusiness; MST.

Submetido em: 24/08/2024

Aceito em: 22/10/2024

1. INTRODUÇÃO

A estratégia de fortalecimento político e econômico do agronegócio no Brasil, cada vez mais articulado a um processo de internacionalização da agricultura, intensifica o poder de grupos e corporações transnacionais sobre a agricultura brasileira. Essa estratégia ocorre por meio da aquisição e domínio sobre terras, pela determinação e domínio tecnológico em relação às sementes, máquinas e agroquímicos e pelo domínio da cadeia produtiva no que tange à transformação da produção agropecuária, comércio e consumo. As consequências desse modelo de agricultura, baseado na expropriação dos recursos naturais, em monoculturas e altamente dependente de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, foram evidenciadas recentemente pelos desafios colocados com a pandemia global de Covid-19 e as tragédias ambientais anunciadas, como ocorrido no estado do Rio Grande do Sul.

Em um cenário de crises sociais, alimentar e ambientais, e a constatação da contribuição da agricultura familiar camponesa para segurança alimentar, os conceitos de segurança e soberania alimentar e da agroecologia ganharam relevância nas últimas duas décadas. A Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) considera direito de toda a sociedade o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sendo fundamental o estabelecimento de sistemas sustentáveis com base nos princípios da agroecologia e de acordo com a diversidade cultural e produtiva dos grupos tradicionais e

agricultores familiares¹. Sob a ótica da soberania alimentar, além do acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los, portanto, é necessária a realização de reforma agrária, adaptada primordialmente às condições de cada país, acompanhada por políticas públicas capazes de atender às necessidades produtivas e alimentares da sociedade²⁻⁴.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem associado a luta pela reforma agrária a reivindicações como a segurança e a soberania alimentar, a agroecologia e a solidariedade, objetivando, dentre uma série de questões, construir novas relações entre o ser humano e a natureza e atender às necessidades da população brasileira no que se refere às condições de produção e acesso a alimentos saudáveis⁵. Por meio de ações de solidariedade e de doações de uma diversidade de alimentos, as campanhas realizadas pelo MST têm como objetivo possibilitar acesso a alimentos para as populações em condições de fome e vulnerabilidade nos centros urbanos e rurais, mas também traz em perspectiva a relevância da reforma agrária como política estrutural para o país.

Diante do apresentado, o nosso problema de pesquisa está em responder aos seguintes questionamentos: a reforma agrária é ainda um tema atual e pertinente para um país cujo PIB do agronegócio é responsável por garantir o saldo positivo da balança comercial? Nossa hipótese é a de que uma política de

reforma agrária, com bases agroecológicas, é atual e capaz de dar respostas à situação de insegurança alimentar e fome vivenciada por pessoas em vulnerabilidade social, principalmente em situações de crises alimentares.

Trabalhos que apresentam a associação de temas como: segurança alimentar, reforma agrária e posse de terras ainda são escassos^{6,7}. Este artigo avança nessa discussão especialmente por tratar do tema reforma agrária com bases agroecológicas. Ao defendermos a reforma agrária agroecológica, este trabalho apresenta uma contribuição para o debate global sobre o tema da segurança e soberania alimentar aliado à democratização do acesso às terras a partir da reforma agrária.

Por meio de uma abordagem qualitativa⁸, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Analisamos documentos e publicações do *site* oficial do MST sobre as ações de solidariedade e doações de alimentos, no período de março de 2020 a junho de 2024. Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e da metodologia. Na primeira seção, verificamos que a estrutura fundiária altamente concentrada e a estratégia de fortalecimento político e econômico do agronegócio no Brasil, cada vez mais articulado a um processo de internacionalização da agricultura, possui um papel proeminente sobre as condições de insegurança alimentar e sobre os entraves para tratar o tema da segurança e soberania alimentar de forma estrutural no país.

Na seção seguinte, apresentamos a atualidade da reforma agrária que, associada à segurança e soberania alimentar e à agroecologia, é uma das principais estratégias propostas para o enfrentamento da fome, da melhoria das condições de vida no campo e da garantia da produção de alimentos saudáveis acessíveis à toda a população. Partimos da premissa de que a alimentação é um direito humano básico e que

os camponeses e camponesas têm o direito de produzir os alimentos no seu próprio território, de modo a valorizar o ambiente e os aspectos culturais⁹.

Em seguida, dedicamos a atenção para a campanha de solidariedade realizada por meio da atuação do MST, que possibilitou acesso a alimentos saudáveis para populações rurais e urbanas em condições de vulnerabilidade durante a pandemia de Covid-19 e aos desabrigados pela tragédia ambiental no Rio Grande do Sul. Ao analisarmos as estratégias organizativas das famílias assentadas e a abrangência das ações solidárias, enfatizamos a relevância da produção de alimentos com base nos princípios da agroecologia e a necessidade de fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar camponesa.

Na última seção, a título de considerações finais, argumentamos que ações de solidariedade, traduzidas em toneladas de alimentos doados, resultam do cumprimento da função social da terra e aponta para a atualidade e urgência de mudanças estruturais, dentre as quais se destaca a reforma agrária com base na agroecologia como fundamental para a garantia de acesso a alimentos produzidos com bases sustentáveis, contribuindo, dessa forma, para a segurança alimentar no campo e na cidade.

2. METODOLOGIA

Por meio de uma abordagem qualitativa⁸, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de consulta a artigos científicos, cujas palavras-chave foram: sistemas agroalimentares, agronegócio, segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agroecologia e reforma agrária. Realizamos buscas a partir desses termos nas bases de dados do *Scielo*, *Scopus*, *Web of Science* e Google Acadêmico.

A pesquisa documental foi dividida em dois tipos: (i) documentos oficiais do MST sobre as ações de solidariedade promovidas durante a pandemia da Covid-19, sendo: relatórios de atividades, boletins e informativos; (ii) notícias e reportagens, provenientes das redes sociais oficiais do MST referentes às doações de alimentos realizadas. O trabalho adotou como recorte temporal os documentos, notícias e reportagens divulgadas e/ou lançadas pelo movimento no período de março de 2020 a junho de 2024.

As ações de solidariedade analisadas na pesquisa são aquelas voltadas para o combate à fome e insegurança alimentar, que se traduzem na doação de alimentos *in natura*, marmitas, cestas, entre outros, em todo o país. Para dimensionar a abrangência e a natureza, as ações solidárias foram sistematizadas e ordenadas com base nas seguintes informações: (i) descrição da ação realizada; (ii) local e período da atividade; (iii) quantidade de alimentos doados e (iv) relação com outros assuntos e pautas do MST. A organização das informações para análise ocorreu por meio da Análise de Conteúdo Temática⁸ que culminou em três categorias de atividades que compõem a Campanha Nacional de Solidariedade do MST, sendo: (i) Jornada Nacional de Lutas do MST; (ii) Campanha Nacional “Natal Sem Fome” e (iii) Campanha de doação de alimentos no estado do Rio Grande do Sul. Na sequência, procederam-se às análises considerando as informações levantadas e o referencial teórico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Insegurança Alimentar no Brasil: Reforma Agrária e Agronegócio

O Brasil tem como característica secular um modelo agrário e agrícola baseado na concentração de terras e riquezas, e com a modernização conservadora, que possibilitou a mudança na base técnica e produtiva da

agricultura mediante um pacote modernizante, o problema estrutural de acesso a terras se agravou^{10,11}. A modernização conservadora não rompeu com a concentração fundiária da terra e espoliou do campo milhares de agricultores camponeses, acentuando o êxodo rural e a miséria no campo e nas cidades¹². No contexto da modernização conservadora da agricultura houve uma reconfiguração no debate da questão agrária, que passou a ser orientada pelo viés tecnológico e do aumento da produtividade¹⁰. O debate da questão agrária, até então associado à Reforma Agrária e ao combate à fome e à miséria, foi sobreposto pela discussão do papel da agricultura no desenvolvimento nacional¹⁰.

A partir do século XX o setor agrícola brasileiro, direcionado por uma política econômica e externa, passou por importantes processos de transformação favorecendo a consolidação do modelo capitalista de agricultura denominado de agronegócio^{10,11}. No Brasil o termo agronegócio é considerado uma associação entre o capital agroindustrial e os latifúndios. “Essa associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, perseguindo o lucro, sob patrocínio de políticas de Estado”¹⁰.

O modelo de desenvolvimento agrícola, orientado pela política econômica, agrícola e externa, passa pela construção da hegemonia do agronegócio que fomenta e intensifica o poder do latifúndio baseado na concentração da terra, do poder e da riqueza no meio rural, que agrava a situação de exclusão no meio rural^{5,11}.

De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) e com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio produz *commodities* importantes para a balança comercial, tendo sido responsável por 24% do PIB em 2023¹³. Entretanto, está ancorado fortemente na produção, transformação e exportações de *commodities* agrícolas de baixo valor agregado, concentrando-se em poucas culturas, como soja,

cana-de-açúcar e milho, que tem apresentado aumentos em área plantada nos últimos anos⁵. Por outro lado, a produção de alimentos básicos para a alimentação dos brasileiros como, arroz, feijão e mandioca, tem tido uma drástica diminuição, indicando que a produção agrícola deixou de ser sinônimo de produção de alimentos na perspectiva da agricultura financeirizada^{5,14}.

A estratégia de fortalecimento político e econômico do agronegócio no Brasil está cada vez mais articulada a um processo de internacionalização da agricultura e expropriação dos recursos naturais. Isso ocorre por meio da intensificação do poder de grupos e corporações transnacionais sobre a agricultura brasileira a partir da aquisição e domínio sobre terras, pela determinação e domínio tecnológico em relação às sementes, máquinas e agroquímicos e pelo domínio da cadeia produtiva no que se refere à transformação da produção agropecuária e do comércio^{5,15}.

O Brasil é um grande consumidor da tecnologia transgênica¹⁶ e também o maior consumidor mundial de agrotóxicos¹⁴. Dos agrotóxicos em circulação no Brasil, 90% estão destinados para apenas cinco culturas: soja, milho, algodão, pasto e cana-de-açúcar. A soja, o milho e o algodão juntos consomem 80% dos agrotóxicos comercializados no país. Os dados sobre distribuição do uso de agrotóxicos explicam também a íntima conexão entre o seu uso e a produção de *commodities* agrícolas¹⁴.

A condição de insegurança alimentar e nutricional, que decorre de uma somatória de fatores, é agravada com a manutenção de um modelo de desenvolvimento agrícola baseado em uma estrutura fundiária altamente concentrada, na produção e exportação de *commodities* em detrimento da produção de alimentos, na desigualdade de renda, e na ausência de políticas públicas de produção, distribuição e acesso a alimentos^{17,18}. Somado a

esse cenário, a crise econômica, política e alimentar desvelada pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020 acentuou a condição de pobreza e da desigualdade, resultando em consequências drásticas, principalmente, para as populações em situação de vulnerabilidade^{19,20}. A considerável desigualdade social do país ampliou os riscos e as consequências físicas e sociais relacionadas à pandemia do coronavírus, em especial em relação à insegurança alimentar²⁰.

Estudos demonstram a existência de forte correlação entre o surgimento de pandemias e a expansão de áreas agrícolas, baseadas em condições de homogeneização genética animal e de plantas conduzidas em grande escala, que deixam os seres e os ambientes mais susceptíveis e favorecem a contaminação, transformação e disseminação de diversos patógenos²¹⁻²³. A análise se aplica à pandemia de Covid-19 que, assim como diversas outras epidemias dos últimos anos, reside na globalização das práticas predatórias do agronegócio^{22,23}.

No contexto da pandemia, o aumento da fome e a necessidade de expandir a produção de alimentos foi utilizado como justificativa para aumentar o desmatamento²⁴. Entretanto, em 2020, a fome voltou a níveis equivalentes aos de 2004, levando o país a regredir em escala equivalente ao dos anos de 1990, significando que 33,1 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2022²⁵. Isso ocorreu no mesmo período em que a destruição ambiental e as mudanças climáticas ganharam proporções gigantescas²⁴.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a expansão agrícola impulsiona quase 90% do desmatamento global, sendo necessário obter avanços para conter o desmatamento e intensificar normas nessa área pós-pandemia da Covid-19, considerando as múltiplas ligações entre florestas, agricultura e segurança

alimentar²⁵. A incerteza e os riscos vinculados ao modelo hegemônico de agricultura se intensificam com as mudanças climáticas, aumentando a vulnerabilidade das populações de camponeses²⁶, em que milhões de agricultores familiares terão seus meios de subsistência e sistemas produtivos fortemente afetados²⁷. As mudanças climáticas não atingem toda a sociedade na mesma proporção²⁴, sendo portanto necessária sua compreensão em seu contexto histórico e as relações ambientais em uma perspectiva mais ampla, não apenas como fenômeno técnico ambiental e emergente²⁶.

O fortalecimento do poder socioeconômico, político e ideológico do agronegócio, a desigualdade no acesso à terra somada à ausência de controle sobre o uso do território em relação à produção e distribuição de produtos agropecuários promove a violação do direito humano à alimentação adequada, à segurança alimentar e impossibilita a organização de um sistema alimentar nacional com base na realidade local que atenda às necessidades alimentares da população²⁸. O controle dos meios de produção é condição estruturante para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional, portanto, a democratização do acesso à terra, o estabelecimento de um limite à extensão dos imóveis rurais e um marco regulatório sobre o agronegócio é fundante e reforça a atualidade da reforma agrária¹⁸.

3.2. Segurança e Soberania Alimentar e as Bases da Agroecologia

O Brasil, em sua política de Segurança Alimentar e Nutricional, tem como marco a saída do mapa da fome em 2014, que resulta da conjugação de várias medidas de responsabilidade do Estado e de reivindicação da sociedade civil como programas e políticas públicas²⁰. Entretanto, após 2016, uma série de retrocessos são destacados, como a redução de políticas sociais, de programas de transferência

de renda, das contrarreformas, a redução de recursos de programas como o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019²⁹. A insegurança alimentar e sua forma mais severa, mais do que dobrou entre 2013 e 2020¹⁴. O agravamento das desigualdades sociais e o retrocesso da segurança alimentar, recolocou o país em condição de fome, insegurança alimentar e aprofundamento da pobreza. Tal situação se intensificou no contexto de avanço da Covid-19 que se alastrou por todo mundo em 2020 em um cenário que já apresentava sinais de agravamento²⁹.

Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e importantes programas, desarticulados entre 2016 e 2022, estão sendo retomados no Brasil, trazendo uma perspectiva mais inclusiva para públicos, como mulheres, povos indígenas e população em situação de rua³⁰. O PAA, por exemplo, que tem maior foco na agricultura familiar, incluiu em 2023 o PAA indígena e Quilombola, além de destinar parte dos alimentos adquiridos as cozinhas solidárias, que dialogam com o necessário posicionamento da sociedade em defesa da redução do uso dos agrotóxicos, e em acordo com os princípios do Guia Alimentar da População Brasileira^{30,31}. Entretanto, a garantia da segurança alimentar e nutricional no país apresenta um conjunto de desafios que são atuais, mas também históricos e estruturais. É preciso repensar a lógica dos sistemas alimentares, uma vez que o modelo hegemônico de produção, abastecimento e consumo vigentes trazem prejuízos socioambientais e estão sendo severamente impactados pelas mudanças climáticas³⁰. Também se faz necessário enfrentar a concentração tanto na produção de *commodities*, que fomenta a monocultura e a utilização intensiva de agroquímicos, como no poder das corporações da indústria de alimentos que incentivam o consumo dos produtos ultraprocessados³¹. O Brasil, apesar das “safras recordes” que ocorreram por anos consecutivos

e do título de um dos maiores produtores agrícolas do mundo¹³, segue debatendo a fome e a desigualdade social¹⁴. Um conjunto de incentivos apoia a produção de *commodities* e todo o aparato que sustentam as longas cadeias produtivas. Por isso, além dos orçamentos, que são fundamentais para se obter avanços, é necessário repensar os sistemas alimentares do Brasil, no que se refere à maneira de produzir, distribuir, comercializar e consumir alimentos³⁰. Incentivos e o apoio governamental são essenciais à agricultura familiar camponesa produtora de alimentos saudáveis e para a garantia de acesso a esse tipo de alimento pela sociedade, em busca da superação da lógica produtivista em favor de uma agricultura mais harmoniosa com o meio ambiente²⁹.

A defesa da democracia e a construção dos caminhos para avançar na segurança alimentar nutricional no país significam passos na luta pela justiça social e climática e pela afirmação e reconhecimento dos sujeitos de direitos³¹. É importante reconhecer que a agricultura camponesa tem enorme contribuição para a segurança e soberania alimentar no país, cultivando a maioria dos alimentos básicos, com base em manejo sustentável dos sistemas produtivos com baixo uso de insumos externos e orientados pela diversificação do sistema³².

Com base em críticas socioeconômicas, políticas e ambientais, em especial devido aos prejuízos gerados pelo modelo hegemônico de agricultura, movimentos sociais do campo têm incorporado em suas lutas ações pela preservação e cuidado com a natureza²⁴ e segurança e soberania alimentar. Os movimentos sociais apontam que mudanças são necessárias no sistema alimentar e na forma como os seres humanos se relacionam com os alimentos e com a natureza, sendo a agroecologia considerada a base para essa transformação³³. A agroecologia, entendida como uma ciência, prática e movimento^{33,34}, fornece os princípios para o estabelecimento de

outro modelo de agricultura que atenda às necessidades alimentares da sociedade³⁵.

As bases da agroecologia são compreendidas por meio da convergência de experiências produtivas de agricultura camponesa alinhadas na construção de estratégias na contramão do modelo agrícola hegemônico e de instituições que se prestam a ações de mitigação da fome e da pobreza sem considerar as necessárias mudanças na estrutura dos sistemas alimentares do mundo^{36,37}.

Sob a ótica da soberania alimentar, além do acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los, portanto, é necessária a realização de reforma agrária, adaptada primordialmente às condições de cada país, acompanhada por políticas agrícolas capazes de atenderem às necessidades produtivas e alimentares da sociedade²⁻⁴. Conforme o Art. 5º da LOSAN, a consecução do direito humano à alimentação adequada e à segurança alimentar e nacional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos¹.

Os princípios orientadores da agroecologia podem ser considerados uma forma de luta em defesa dos territórios da agricultura camponesa e a base para a construção da segurança e soberania alimentar^{38,39}. Um conjunto de conhecimento e processos sociais, produtivos e ambientais empreendidos por organizações e comunidades tradicionais, indígenas e camponesas no âmbito da segurança alimentar contribuíram para a elaboração da soberania alimentar em diálogo com a construção da agroecologia³⁵.

Sistemas alimentares orientados pela agroecologia com base na realidade local e na *práxis* camponesa têm contribuído como referência para o atual contexto de crise nas diversas esferas da sociedade⁴⁰. A exemplo,

temos experiências de produção de alimentos em assentamentos rurais, com base na agroecologia, consideradas estratégicas para o estabelecimento de outra relação com o agroecossistema e para garantia de segurança alimentar das famílias⁴¹. Reforçando que os territórios, resultados de processos de luta pelo acesso à terra, representam importantes espaços de resistência e auto-organização ao desenvolverem práticas territoriais que embasam novas relações sociais e de produção de alimentos⁴².

3.3. Acesso à Terra, Solidariedade e Segurança Alimentar

O MST, uma das principais organizações sociais de luta pela terra no Brasil e na América Latina, tem como objetivo a defesa da terra, da reforma agrária e da transformação da sociedade e tem nas ocupações de terras sua principal tática de luta pela reforma agrária^{5,43}. Ao longo de sua trajetória desenvolveu formas e métodos organizativos que possibilitaram a constituição de sua identidade política e social e a sua presença organizada em quase todo o território nacional^{5,43}. Atualmente, sua base social é organizada em 450 mil famílias assentadas e mais de 70 mil famílias acampadas⁴⁴.

O MST tem construído uma concepção de Reforma Agrária que aponta para novos desafios a partir da conquista ou permanência na terra. Ao propor uma mudança qualitativa na concepção de Reforma Agrária, os princípios da agroecologia passam a ser assumidos pelo movimento como uma possibilidade de outro modelo de agricultura, em oposição ao modelo hegemônico. Por isso, diversos autores^{5,45,46} têm denominado essa Reforma Agrária de uma nova natureza, como Reforma Agrária Agroecológica, que preconiza o fortalecimento da identidade cultural, da organização, da cooperação, da produção de alimentos saudáveis e da solidariedade entre o meio rural e o urbano.

Foi como expressão de sua capacidade política e organizativa que, durante a pandemia da Covid-19, o MST estruturou e lançou a “Campanha Nacional de Solidariedade”, realizando diversas ações como medida urgente para atender necessidades imediatas dos agricultores e das populações urbanas, envolvendo doações de alimentos, sementes, mudas, material de higiene, álcool em gel, dentre outros.

Esta pesquisa analisou as ações de solidariedade voltadas para o combate à fome e insegurança alimentar, que se traduziram na doação de alimentos *in natura*, refeições, cestas, entre outros, em todo o país. Em específico, analisou três atividades vinculadas à “Campanha Nacional de Solidariedade”, sendo elas: Jornada Nacional de Lutas do MST; Campanha Nacional “Natal Sem Fome” e Campanha de doação de alimentos no estado do Rio Grande do Sul.

Consideradas uma estratégia para o enfrentamento da fome e insegurança alimentar, que impactaram a sociedade, as ações solidárias se intensificaram no contexto da pandemia da Covid-19. Desde 2020, quando o MST lança a “Campanha Nacional de Solidariedade” e as ações de doações começaram a ser contabilizadas, o Movimento já doou 9,8 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas e mais de 2,7 milhões de marmitas em todo o país⁴⁴.

Somente em abril de 2020, no início da Campanha, o Movimento contabilizou a doação de cerca de 500 toneladas de alimentos em todo o Brasil⁴⁷. As atividades de doações fizeram parte da Jornada Nacional de Lutas do MST que aconteceu na semana do dia 17 de abril em virtude do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996, que culminou na morte de 19 agricultores camponeses. Historicamente, doações de alimentos em memória às famílias assassinadas são realizadas neste período como parte da Jornada de Lutas do MST, significando que as

atividades de solidariedade, apesar de ganharem destaque e terem se intensificado durante a pandemia, são ações que as famílias camponesas praticam no cotidiano da luta. As ações da Jornada evidenciam a importância e a necessidade da Reforma Agrária para produção de alimentos e combate à fome no país.

A segunda atividade foi a Campanha “Natal Sem Fome”, realizada em dezembro de 2021, quando foi lançada, em que o MST doou cerca de 1.000 (mil) toneladas de alimentos⁴⁸. Nesta edição, a campanha nacional envolveu periferias das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, comunidades indígenas (Terena, Guarani e Guarani-Kaiowá) do Mato Grosso do Sul e famílias atingidas pelas enchentes no Sul da Bahia. Estima-se que, somente em 2021, aproximadamente 250 mil famílias foram beneficiadas pela campanha nacional, sem contabilizar as famílias nos estados e em nível local. A campanha reforçou a necessidade de promover ações de acesso a alimentos para populações em vulnerabilidade, considerando o período de crise econômica, ambiental e política^{19,49} e a necessidade de luta no combate à fome, enquanto um problema estrutural e expressão da desigualdade social.

Mais recentemente, em meio às maiores enchentes já registradas na história, o MST realizou doações de alimentos por meio da organização de cozinhas solidárias. No município de Viamão, assentamento Filhos de Sepé, foi estruturada uma Cozinha Solidária que produziu cerca de 1.500 a 2.000 marmitas para serem entregues todos os dias às famílias desabrigadas pela chuva, em Maio/Junho de 2024. Assim como o ocorrido durante a pandemia de Covid-19²³, os efeitos climáticos e ambientais da crise do modelo de produção vigente recaem sobre a parcela mais pobre e vulnerável da sociedade. Verifica-se que, para além de possibilitar o acesso a alimentos às famílias desabrigadas, a ação também denunciou as mazelas do agronegócio, baseado na

expropriação dos recursos naturais, em monoculturas e altamente dependente de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos e sua relação com desastres ambientais e propõe a agroecologia como solução para outro modelo de agricultura.

Diante da diversidade das ações vinculadas a Campanha Nacional de Solidariedade, percebe-se a ampla articulação do movimento durante a pandemia em consonância com a sua proposta de Reforma Agrária Agroecológica que associa o acesso à terra a segurança e soberania alimentar, a novas relações entre o ser humano e a natureza e a produção e acesso a alimentos saudáveis. De acordo com as análises relacionadas às doações de alimentos, é possível verificar que a Campanha está associada a outras pautas históricas do Movimento, como: Reforma Agrária, agroecologia, produção de alimentos saudáveis, enfrentamento à fome, segurança e soberania alimentar, defesa do meio ambiente e preservação da natureza.

Um ponto importante a destacar neste estudo diz respeito à agroecologia como princípio do MST e como base produtiva de grande parte dos alimentos doados. A agroecologia vem mostrando-se como uma saída rumo a um novo contexto de acesso pela população a alimentos saudáveis, sem agrotóxicos e transgênia, que promove a recuperação e preservação da natureza, fomenta sistemas alimentares locais e propicia autonomia aos agricultores para cultivar os alimentos, aspectos que dialogam diretamente com a LOSAN¹.

A análise bibliográfica e documental revela que as ações solidárias e a diversidade de alimentos produzidos e distribuídos relacionam-se também com a capacidade produtiva dos territórios de Reforma Agrária, uma vez que grande parte dos alimentos doados são produzidos em assentamentos como resultado do acesso à terra. Tais fatos podem significar

uma melhoria quantitativa e qualitativa da alimentação para as populações do campo e da cidade¹⁷ e demonstram o quão estratégico é o acesso à terra para que agricultores camponeses possam ter condições de viabilizar a produção de alimentos saudáveis e a segurança alimentar em seus territórios^{17,18} e para uma parcela da sociedade.

As ações solidárias também podem ser compreendidas como uma estratégia do MST e organizações sociais na construção de processos de resistência e auto-organização para o enfrentamento da pandemia e de crises econômica, política e ambiental no Brasil⁴⁹. A partir das ações analisadas, é possível verificar a participação de milhares de famílias assentadas e acampadas, cooperativas e associações do MST em parcerias com diversas entidades, movimentos, organizações populares, sindicatos, igrejas, comunidades indígenas e quilombolas, cozinhas comunitárias, dentre outras. Por meio da campanha, o MST reafirma, nas esferas campo-cidade, a solidariedade como identidade partilhada, contribuindo para a construção de redes e alianças sociais e para o debate da necessidade de superação da pobreza e a construção de um novo projeto de sociedade.

Os resultados alcançados na distribuição de alimentos e nas alianças estabelecidas revelam que as doações possibilitam o acesso a alimentos para uma parcela da sociedade, em condições de vulnerabilidade, insegurança alimentar e fome direta. Estabelece ainda um canal de diálogo com a sociedade, essencialmente com as periferias dos centros urbanos, conectando o tema da Reforma Agrária com acesso a alimentos saudáveis, agroecologia e a segurança alimentar e nutricional. Que favorece, por sua vez, a narrativa da essencialidade e atualidade da Reforma Agrária como estratégia política para a democratização da terra, produção e acesso a alimentos, diminuição do caos urbano e consequentemente ao combate à desigualdade

social, à miséria, ao desemprego, contribuindo para superar o atual modelo alimentar⁵.

As ações solidárias associadas à produção de alimentos e a agroecologia demonstram que o enfrentamento à fome e a garantia da segurança e soberania alimentar durante períodos de crises, como da Covid-19 e tragédias ambientais, são indissociáveis da necessidade de outro modelo de agricultura e da relevância da agricultura familiar, constituindo-se como importantes referências para a elaboração de políticas públicas.

4. CONCLUSÕES

A insegurança alimentar e a fome não são decorrentes da falta de disponibilidade alimentar ou de produção insuficiente de alimentos. Decorrem de um conjunto de situações atreladas à falta de acesso à terra para produção e geração de renda para aquisição de alimentos, que resultam de ações políticas e estruturais da sociedade, guiadas pela lógica do mercado e das grandes corporações transnacionais. A correlação estrutural existente entre segurança e soberania alimentar e a concentração de terras adquire maior importância se considerarmos a contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos que fazem parte da base alimentar da população brasileira. Portanto, como estratégias para acabar com a insegurança alimentar e a fome é essencial que sejam realizados investimentos que possibilitem à agricultura familiar as condições de acesso à terra e a ampliação da produção de alimentos com base agroecológica.

A pandemia da Covid-19 no Brasil evidenciou as fortes desigualdades sociais, apontando para a necessidade de mudanças estruturais para a garantia de produção e acesso a alimentos de qualidade, moradia, educação, trabalho e renda. As ações de solidariedade empreendidas pelo MST reafirmam a necessidade e atualidade da reforma agrária,

baseada nos princípios da agroecologia e de solidariedade, no marco das políticas fundamentais para a garantia das condições de produção de alimentos em harmonia com o meio ambiente e acessíveis à sociedade e para o enfrentamento de períodos de crises, como o ocasionado pela pandemia da Covid-19.

A campanha de solidariedade realizada pelos MST possibilitou o acesso a alimentos saudáveis às populações rurais e urbanas em condições de vulnerabilidade antes, durante e depois da pandemia da Covid-19, a exemplo das ações contínuas do MST em outras situações como a tragédia ambiental ocorrida no Rio Grande do Sul. Os resultados dessas ações revelam a importância do estabelecimento de alianças para o enfrentamento à situação de pandemia, no estabelecimento de relações baseadas na solidariedade, na cooperação e na garantia das necessidades mais básicas da população.

A doação de alimentos significa para as famílias assentadas o compartilhamento dos resultados do acesso à terra, tornando-se importante instrumento de diálogo e simbolizando que a reforma agrária não diz respeito somente aos camponeses, mas é de interesse de toda a sociedade. Ao colocar em pauta a necessidade da reforma agrária, para a garantia das condições de produção, distribuição e acesso a alimentos, as ações solidárias têm se tornado referencial estratégico para as políticas públicas.

Considera-se que a Reforma Agrária continua sendo necessária e atual, assumindo, diante do modelo de desenvolvimento que prioriza o agronegócio outra natureza. Para tanto, é necessário que a concentração de terras seja superada, a favor de melhores condições de vida, do cuidado com o meio ambiente e como medida de garantia à produção de alimentos saudáveis e, conseqüentemente, da segurança e soberania alimentar.

FINANCIAMENTO

Nada a declarar.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

Andreia Cristina Matheus (conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, pesquisa, metodologia, *design* da apresentação de dados, redação do manuscrito original, redação – revisão e edição); Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo (conceitualização, curadoria de dados, metodologia, disponibilização de ferramentas, supervisão, redação – revisão e edição); Vitor Gonçalves da Silva (análise de dados, *design* da apresentação de dados, redação – revisão e edição).

REFERÊNCIAS

- 1- Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 [Internet]. 11.346 Brasília; set 15, 2006. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11346.htm.
- 2- Rosset P. Alternativa à política fundiária de mercado, reforma agrária e soberania alimentar. . In: Pereira JMM, Sauer S, Werner F, organizators. Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado [Internet]. 1ª ed São Paulo: Expressão Popular; 2006.
- 3- Carvalho HM de. O Oligopólio na Produção de Sementes e a Tendência à Padronização da Dieta Alimentar Mundial. Em: Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade [Internet]. 1ª ed São Paulo: Expressão Popular; 2003.
- 4- Akram-Lodhi AH. Accelerating towards food sovereignty. Third World Q [Internet]. 2015;36(3):563–83. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2015.1002989> DOI: <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1002989>.
- 5- Alentejano P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. Cad Prudentino Geogr [Internet]. 2020;4(42):251–85. Available from: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763>.

- 6- Lipton M, Saghai Y. Food security, farmland access ethics, and land reform. *Glob Food Sec* [Internet]. 2017;12:59–66. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S221191241630027X?via%3Dihub> DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2016.03.004>.
- 7- Holden ST, Ghebru H. Land tenure reforms, tenure security and food security in poor agrarian economies: Causal linkages and research gaps. *Glob Food Sec* [Internet]. 2016;10:21–8. Available from: DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2016.07.002>.
- 8- Minayo MC de S, Deslandes SF, Gomes R. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 18^a ed. Petrópolis: Editora Vozes Limitada; 2011. 114 p.
- 9- Desmarais AA. PEASANTS SPEAK - The Via Campesina: Consolidating an International Peasant and Farm Movement. *J Peasant Stud* [Internet]. 2002;29(2):91–124. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714003943> DOI: <https://doi.org/10.1080/714003943>.
- 10- Delgado NG. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Delgado NG, organizator. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF/NEAD; 2010. p. 28–78.
- 11- Pereira JMM, Alentejano P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos* [Internet]. 2014;18(1):73–111. Available from: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6800593> DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v18i1.11098>.
- 12- Graziano da Silva JF. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores; 1982. 196 p.
- 13- CNA, CEPEA. PIB do Agronegócio sofre queda no primeiro trimestre devido aos baixos preços agropecuários [Internet]. 2024. Available from: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_1tri_2024_PIBAgroBrasil.pdf.
- 14- Bombardi LM. *Agrotoxicos e Colonialismo Químico*. 1^a ed. São Paulo: Elefante Editora; 2023. 108 p.
- 15- Seufert P, Herre R, Monsalve S, Guttal S. El capitalismo clandestino y la financiarización de los territorios y la naturaleza [Internet]. 2020. Available from: <https://www.tni.org/es/publicaci%C3%B3n/el-capitalismo-clandestino-y-la-financiarizacion-de-los-territorios-y-la-naturaleza>.
- 16- ISAAA. ISAAA Brief 55-2019: Executive Summary Biotech Crops Drive Socio-Economic Development and Sustainable Environment in the New Frontier [Internet]. ISAAA Inc. 2019. Available from: <https://www.isaaa.org/resources/publications/briefs/55/executivesummary/default.asp>.
- 17- Souza-Esquerdo VF de, Bergamasco SMPP, Oliveira JTA de, Oliveira Érika de S. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. *Segur Aliment Nutr* [Internet]. 2015;20(1):13-2. Available from: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634619> DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v20i1.8634619>.
- 18- Ferreira B. Reforma agrária, assentamentos rurais e segurança alimentar. *Rev Política Social e Desenvolvimento: Questão Agrária e Segurança Alimentar*. 2014;(10):6–20.
- 19- Van der Ploeg JD. From biomedical to político-economic crisis: the food system in times of Covid-19. *J Peasant Stud* [Internet]. 2020;47(5):944–72. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2020.1794843> DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1794843>.
- 20- Sallum OMP, Bernardes MS, Ribeiro GM de P, Toloni MH de A. Atuação dos conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional no enfrentamento da pandemia da COVID-19. *Segur Aliment Nutr* [Internet]. 2024;31(00):e024001. Available from: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665928> DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v31i00.8665928>.
- 21- Altieri MA, Nicholls CI. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. *Agric Hum Values* [Internet]. 2020;37(3):525–6. Available from: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10043-7> DOI: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10043-7>.
- 22- Foster JB, Suwandi I. COVID-19 y Capitalismo Catastrófico [Internet]. Sin Permiso. 2020. Available from: <https://www.sinpermiso.info/textos/covid-19-y-capitalismo-catastrofico>.
- 23- Wallace R. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência [Internet]. 1^a ed. São Paulo: Editora Elefante; 2020. 608 p.
- 24- Sauer S. Questão eco-agrária: extrativismo agrário, mudanças climáticas e desmatamento no Brasil. *Rev NERA* [Internet]. 2024;27(2). Available from: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/10185> DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.10185>.

- 25- FAO. COP26: Agricultural expansion drives almost 90 percent of global deforestation [Internet]. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. 2021. Available from: <https://www.fao.org/newsroom/detail/cop26-agricultural-expansion-drives-almost-90-percent-of-global-deforestation/en>
- 26- Borrás Jr. SM, Scoones I, Baviskar A, Edelman M, Peluso NL, Wolford W. Climate change and agrarian struggles: an invitation to contribute to a JPS Forum. *J Peasant Stud* [Internet]. 2022;49(1):1–28. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2021.1956473> DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2021.1956473>.
- 27- Berdegue J. Agricultura familiar desempenha papel central na conquista de objetivos globais | As Nações Unidas no Brasil [Internet]. Organização das Nações Unidas. 2019. Available from: <https://brasil.un.org/pt-br/84055-artigo-agricultura-familiar-desempenha-papel-central-na-conquista-de-objetivos-globais>.
- 28- Daufenback V, Jesus JGL de, Machado L, Bógus CM, Marques MC da C. Desigualdade no acesso à terra e insegurança alimentar e nutricional: um olhar sobre os marcos políticos, legais e institucionais da segunda metade do Império até o primeiro governo de Getúlio Vargas (1850-1945). *Ingesta* [Internet]. 2020;2(1):96-117. Available from: <https://www.revistas.usp.br/revistaingesta/article/view/168132> DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2596-3147.v2i1p32-75>.
- 29- Schappo S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. *SER Social* [Internet]. 2021;23(48):28–52. Available from: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/32423 DOI: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i48.32423>.
- 30- Rahal L, Porto EBD, Muchagata M. Para tirar o Brasil do mapa da fome: a retomada das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. *dialogossocioambientais* [Internet]. 2024;7(18):30–3. Available from: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/506>.
- 31- Cesar M de J. Maria Emília Pacheco: em defesa da agroecologia e soberania alimentar. *Em Pauta* [Internet]. 2024;22(55). Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/84198> DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.84198>.
- 32- Altieri MA. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. *Rev NERA* [Internet]. 2012;(16):22–32. Available from: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362> DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>.
- 33- Gliessman S. Defining Agroecology. *Agroecol Sustain Food Syst* [Internet]. 2018;42(6):599–600. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2018.1432329> DOI: <https://doi.org/10.1080/21683565.2018.1432329>.
- 34- Wezel A, Bellon S, Doré T, Francis C, Vallod D, David C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agron Sustain Dev* [Internet]. 2009;29(4):503–15. Available from: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004> DOI: <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>.
- 35- Altieri MA, Toledo VM. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *J Peasant Stud* [Internet]. 2011;38(3):587–612. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2011.582947> DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>.
- 36- Holt-Giménez E. From Food Crisis to Food Sovereignty: The Challenge of Social Movements [Internet]. *Monthly Review*. 2009. Available from: <https://monthlyreview.org/2009/07/01/from-food-crisis-to-food-sovereignty-the-challenge-of-social-movements/>
- 37- Sevilla-Guzmán E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. *agroecologia* [Internet]. 2006;1:7–18. Available from: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/13>.
- 38- Rosset P, Martínez Torres ME. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. *Estudios Sociales: Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional*. 2016;25(47):273–99.
- 39- Altieri MA, Toledo VM. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. *ILSA* [Internet]. 2010;(42):163–202.
- 40- Sevilla Guzmán E, Soler Montiel M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In *Sevilla: Consejería de Cultura*; 2010 [cited 2024 Aug 15]. p. 190–217. Available from: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4370237>.
- 41- Borsatto RS, Carmo MS do. O MST e a Edificação de uma Proposta de Reforma Agrária Baseada em Princípios Agroecológicos. *Retratos de Assentamentos*. 2013;16(2):221–43. Available from: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retrat>

os/article/view/148 DOI:
<https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i2.148>

- 42- Machado A, Jorge A, Fernandes B. Inseguridad alimentaria donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil. In: Caldas E et al., organizators. Comida y comunidad - Sistemas Agroalimentares Alternativos e Segurança Alimentar: contribuições a partir dos movimentos sociais 2021. Buenos Aires: Clasco, 2021.
- 43- Carter M. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. Em: Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil [Internet]. 1ª ed São Paulo: Editora Unesp; 2010.
- 44- MST. Nossa Produção [Internet]. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2024. Available from: <https://mst.org.br/nossa-producao/>.
- 45- Costa Neto C. Reforma Agrária Agroecológica em Assentamentos Rurais Sustentáveis: uma visão comparativa. Reforma Agrária [Internet]. 2000;29(30):87–100.
- 46- Holler SC, Fagundes M, Vergara ÉM. Caminhos da reforma agrária popular agroecológica. Research, Society and Development. 23 de maio de 2021;10(6):e13310615603. Available from: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15603> DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15603>
- 47- MST. Em Jornada Nacional de Lutas, MST distribui 500 toneladas de alimentos saudáveis em todo país [Internet]. MST. 2020. Available from: <https://mst.org.br/2020/04/17/em-jornada-nacional-de-lutas-mst-distribui-alimentos-saudaveis-por-todo-pais/>
- 48- MST. Natal Sem Fome do MST: Cultivando solidariedade para alimentar o povo [Internet]. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2021. Available from: <https://mst.org.br/2021/11/26/natal-sem-fome-do-mst-cultivando-solidariedade-para-alimentar-o-povo/>
- 49- Sauer S. Covid-19, right-wing populism and agrarian struggles in Brazil: Interview with João Pedro Stédile, national leader of the MST. J Peasant Stud [Internet]. 2020 Jul 28;47(5):927–43. Available from: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2020.1782892> DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1782892>.